



**TÚLLIO IAN MARANGONI DE MORAIS**

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E SUA APLICAÇÃO EM GOVERNOS  
LOCAIS: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE  
NEPOMUCENO-MG.**

**LAVRAS – MG  
2021**

**TÚLLIO IAN MARANGONI DE MORAIS**

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E SUA APLICAÇÃO EM GOVERNOS  
LOCAIS: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE  
NEPOMUCENO-MG.**

Monografia apresentada à  
Universidade Federal de Lavras,  
como parte das exigências do  
Curso de Administração Pública  
para a obtenção do título de  
Bacharel.

Prof. Dr. Janderson Martins Vaz  
Orientador

**LAVRAS – MG  
2021**

**TÚLLIO IAN MARANGONI DE MORAIS**

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E SUA APLICAÇÃO EM  
GOVERNOS LOCAIS: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DA  
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO-MG.**

Monografia apresentada à  
Universidade Federal de Lavras,  
como parte das exigências do  
Curso de Administração Pública  
para a obtenção do título de  
Bacharel.

APROVADA em 17 de Novembro de 2021.

Profa. Dra. Júlia Moretto Amâncio (UFLA)

Prof. Dr. Janderson Martins Vaz  
Orientador

**LAVRAS – MG  
2021**

## RESUMO

Com a promulgação da Constituição de 1988, vários mecanismos de participação social e gestão participativa foram criados, dentre eles o Orçamento Participativo. O município de Porto Alegre/RS foi o primeiro a aderir a ideia e colocá-la em prática, fortalecendo a democracia e participação social na gestão pública municipal. O objetivo do trabalho foi identificar qual a percepção da população de Nepomuceno-MG em relação ao Orçamento Participativo e a sua aplicabilidade no município. Para tratar o tema, foram abordados assuntos no referencial teórico sobre Orçamento Público, participação social e gestão participativa, além do tema principal Orçamento Participativo. A pesquisa se caracteriza de levantamento de campo, pois, através de uma amostragem da população, dados foram coletados para análise posterior. As respostas foram obtidas por meio de questionário aplicado on-line, que buscou entender o que os respondentes pensam e sabem sobre orçamento público, se teriam interesse em participar das reuniões do Orçamento Participativo e se achavam adequado que deveria ser implementado no município, entre outros. Os resultados mostraram que embora alguns respondentes não tenham conhecimento sobre o assunto, a maior parte deles se interessam em aprender e a participar do Orçamento Participativo caso implementado, além de apoiarem a criação do mesmo no município, mesmo que possa gerar gastos na sua implantação.

Palavras-chave: Administração Pública. Orçamento Público. Orçamento Participativo. Gestão Participativa. Participação Social.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>8</b>
<b>2.1</b>	<b>Gestão Participativa .....</b>	<b>8</b>
<b>2.2</b>	<b>Orçamento Público .....</b>	<b>9</b>
<b>2.3</b>	<b>Orçamento Participativo .....</b>	<b>11</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>14</b>
<b>3.1</b>	<b>Classificação da Pesquisa .....</b>	<b>14</b>
<b>3.3</b>	<b>Coleta de Dados .....</b>	<b>14</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>16</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>27</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>29</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O orçamento público é, fundamentalmente, o instrumento por meio do qual a receita e o gasto público, como analisa Valdemir Pires (2001, p. 32), são planejados levando em conta as diferentes opiniões, interesses e desejos presentes entre os eleitores, expressos pela manifestação dos eleitos para exercerem os poderes executivo e legislativo.

Orçar tem como significado calcular, estimar, computar, e assim como toda empresa privada visa planejamento no orçamento para não comprometer o lucro, na administração pública não é diferente, porém não visando o lucro financeiro e sim o social, buscando maximizar o atendimento das demandas da população através da alocação recursos de maneira mais eficiente.

Após um período de governo centralizador, em 1988 promulgou-se a Constituição Federal, que tinha como objetivo dar mais voz ao povo e promover a participação social. Uma das maneiras propostas era o Orçamento Participativo, algo inovador, nunca visto antes no Brasil, mas que era muito bem visto na Europa.

Em 1989, um ano após a promulgação da constituição, o Orçamento Participativo foi implementado no primeiro município brasileiro, Porto Alegre - RS. Embora não fosse totalmente eficaz, mais cidades buscaram sua implementação, chegando a aproximadamente 300 prefeituras até o ano de 2004 segundo WAMPLER e AVRITZER, 2005; CABANNES,s.d.

No Orçamento Participativo há, de certa forma, uma descentralização do poder e das decisões relacionadas às políticas públicas, deixando evidente que como preconiza a constituição, o poder emana do povo e, portanto, ninguém melhor que o povo para definir como deve ser investido um recurso.

Portanto, Orçamento Participativo é “uma forma de democracia participativa em que os cidadãos e a sociedade civil organizada têm o direito de participar diretamente na determinação da política fiscal” (Campnell et al., 2009, p.2), buscando sempre o benefício coletivo, e que todas as ideias estão sujeitas a aprovação ou não, de acordo com os argumentos apresentados em sua defesa (Campnell et al., 2009, p.5).

Sua implementação pode gerar benefícios tanto para a população, como já citado, como para os administradores públicos, pois permite uma distribuição mais efetiva dos recursos.

O Orçamento Participativo possibilita que o povo seja corresponsável pela política pública, e através disso, estimula o indivíduo a exercer o seu papel de cidadão, pois a ele é dada voz e assim ele passa a se sentir parte do processo. Além de estimular inovação no setor público, pois diversas ideias podem ser levantadas, abrindo assim possibilidades para atender a população com maior efetividade possível.

Sendo assim, o objetivo deste estudo é identificar qual a percepção da população sobre o Orçamento Participativo e a sua aplicabilidade no município de Nepomuceno-MG.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Essa seção destinada a apresentar o referencial teórico do trabalho, está dividida em três subseções, sendo a primeira tratando sobre a gestão participativa, ou seja, a importância de ter o povo trabalhando junto ao governo. Na segunda aborda-se sobre o que é orçamento público e quais as suas funcionalidades. Na terceira e última buscou-se tratar sobre Orçamento Participativo, sobre sua história e características.

### 2.1 Gestão Participativa

A administração Pública se baseia em muitos métodos das organizações privadas, e assim fez com a gestão participativa. Com a globalização e a exigência do capitalismo cada vez maior, o setor privado se sentiu obrigado a inovar, criando a gestão participativa para que os funcionários se sentissem parte do processo e assim pudessem trabalhar mais motivados, possibilitando vantagens competitivas aos adeptos dessa nova prática.

Mas o que seria gestão participativa? De acordo com o teórico especialista no assunto:

O entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva. (LUCK, 1996, p.37).

O setor público, por sua vez, viu nesse método de gestão uma maneira de proporcionar voz ao cidadão, que por muito tempo foi calado durante o período da ditadura militar. A partir da promulgação da constituição de 1988, foi dando espaços para o fortalecimento e solidez desses mecanismos, assim como foi com a gestão participativa, que ganhou ainda mais força a partir de 1992 (PIRES 2001).

Segundo Paro (2007), “a gestão participativa (e compartilhada), como o próprio nome sugere, compreende aquela em que todos os agentes envolvidos participam no processo decisório, partilhando méritos e responsabilidades”, ou seja, ela possibilita aos



cidadãos a participação direta e indiretamente nas políticas públicas assim como em toda tomada de decisão.

Para Rousseau (1754, p. 234) povo é acostumado com sossego, ser dependente e já tão acomodado na vida que não se importa em ser explorado, e assim seus chefes passaram a pensar que eram proprietários do Estado, passando a chamar os trabalhadores de escravos, os tratando como gado no número de bens que lhe pertenciam. Isso mostra que na gestão participativa o cidadão precisa exercer seus direitos, e para isso, é necessário que o gestor os prepare para que saia do comodismo.

Paro (2005, p.46) reforça que participação democrática dos cidadãos não se dá espontaneamente, ela precisa estar em constante construção coletiva, evidenciando a necessidade de instrumentos que viabilizem e incentivem a participação, muito pela tradição de autoritarismo que nossa sociedade passou, com concentração de poder e excluindo quem pensasse o contrário.

A criação da gestão participativa possibilitou um novo significado à cidadania, dando mais direitos ao cidadão. Essa nova ideologia possibilitou diminuir as desigualdades em vários níveis, seja social como de participação.

## **2.2 Orçamento Público**

Finanças e orçamento estão sendo há séculos elaboradas e aperfeiçoadas, com as mais variadas técnicas, seja escrevendo na parede de uma caverna, como os mais antigos, ou por computadores com sistemas avançados, como nos tempos atuais. Através de sua utilização é possível ter o controle e poder, fixando os seus gastos em determinado período de tempo, e até prever o quanto 31 arrecadar no exercício financeiro do ano subsequente, visando a “continuidade, eficácia, eficiência, efetividade e economicidade na qualidade dos serviços prestados à sociedade” (CARVALHO, 2010).

O Orçamento Público teve origem na Inglaterra em meados de 1822, em que o liberalismo econômico estava ganhando cada vez mais força e, com isso, era preciso diminuir as despesas públicas e reduzir a carga tributária (GIACOMONI, 2010). Segundo o autor, o orçamento ao longo de sua história teve duas distintas visões, sendo

a primeira, tradicional, o orçamento é visto como um mecanismo de controlar os políticos, com intuito maior de garantir que os recursos públicos sejam gastos apenas com coisas públicas, uma maneira de proteger os cofres públicos. A segunda visão, a moderna, traz a ideia de que o orçamento é mais que apenas demonstrativo, podendo ser também um instrumento que atua em todas as etapas do processo administrativo, passando pela programação, execução e no controle.

O orçamento público é para Souza (2000), um dos instrumentos mais utilizados e demandados na gestão de qualquer negócio, seja público ou privado. O orçamento só existe graças à contribuição de impostos pela sociedade, na esperança de que a contribuição de todos possa proporcionar condições ao setor público de exercer políticas públicas que beneficiem o conjunto da sociedade, não apenas indivíduos isolados. O orçamento serve como uma ferramenta que gera equilíbrio entre os governantes e os cidadãos, para que o imposto pago seja revertido em políticas públicas.

A Constituição Federal de 1988 buscou se precaver para que o orçamento tivesse obrigatoriamente instrumentos básicos para prever receitas e estipular despesas, além de mostrar com antecedência quais vão ser seus planos e metas durante determinado período, que juntamente com o plano diretor, que é obrigatório em municípios com mais de 20 mil habitantes, iram cuidar de todo planejamento estratégico para o desenvolvimento do município. Sendo assim, Abreu e Gomes (2013) relatam que à Constituição Federal de 1988 introduziu muitas mudanças nas regras do orçamento público, como a obrigatoriedade da elaboração do Plano Plurianual (PPA), sendo um planejamento de médio prazo (quatro anos), e da Lei Orçamentária Anual (LOA), considerada de curto prazo, pois se trata sobre os recursos para atingir as metas de forma anual, com base nas prioridades e metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define e explica metas para cada ano, visando a alocação de recursos de maneira homogênea, a fim de reduzir as desigualdades sociais e de promover o desenvolvimento em todas as esferas. Esses são instrumentos previstos pelo art. 165 da Constituição Federal de 1988 (KOHAMA, 2010).

Abreu e Gomes (2013) entendem que para que haja desenvolvimento, o processo orçamentário precisa ser construído com transparência e estimulando a participação social, em que com o trabalho em conjunto, entre o gestor e a sociedade, as demandas

tendem a ser atendidas de acordo com a necessidade da sociedade, e não apenas através da visão do gestor.

### **2.3 Orçamento Participativo**

Em meados dos anos 1980, após o regime militar, a sociedade sentiu ainda mais forte a vontade de participar dos processos da administração pública. Foi então que surgiu o Orçamento Participativo no Brasil, como mecanismo que proporciona ao cidadão mais voz, agora como protagonista nas decisões da Administração Pública (PIRES, 2001).

Para Sánchez (1997), o Orçamento Participativo teve origem em 1970, por partidos de esquerda sendo o Partido dos Trabalhadores (PT), como maior contribuinte nesse processo. No ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal da república, a criação do Orçamento Participativo ficou ainda mais em pauta, aliado a experiência do movimento comunitário e do ativismo instaurados em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, surgiu então a primeira experiência de Orçamento Participativo.

O Orçamento Participativo para Pontual (2000), é uma forma de o setor público estimular a participação direta da sociedade nas variadas etapas que compõem o orçamento público municipal, e como foco principal sendo a indicação de onde deve ser prioridade para a alocação de recursos de investimentos. Pontual (2000) trata o Orçamento Participativo como um instrumento pedagógico-político, que tem como principal finalidade mudar a cultura participativa dos cidadãos.

O Orçamento Participativo pode ser visto como um mecanismo de Co Gestão, “um modelo de partilha do poder político mediante uma rede de instituições democráticas orientadas para obter decisões por deliberação, por consenso e por compromisso”. (SANTOS, 2002, p. 526 apud AZEVEDO, 2005, p. 109), de forma institucional, com espaços de deliberação entre representantes, seja da sociedade civil ou estatal, se baseando sempre na parceria e na negociação (PEREIRA, 2007).

Para PIRES (2001), Orçamento Participativo se trata de um aperfeiçoamento político, ou seja, embora não seja a única forma de gestão eficiente e democrática, e uma das práticas que mais tem dado certo no que tange participação popular em

investimento de recursos, principalmente na esfera municipal, fica ainda mais fácil de perceber quais as necessidades da população, e manter esse diálogo com o povo, fazendo com que as decisões não sejam tomadas apenas por políticos ou técnicos, mas sim como uma equipe. Pires (2001) afirma ainda que não se trata de separação entre a democracia direta e a representativa, uma vez que representantes do Poder Legislativo, a comunidade em geral e os setores organizados desta devem interagir no processo.

A implementação do Orçamento Participativo passa a estimular a participação social e assim aumenta a cobrança da sociedade para com as decisões dos gestores. Sendo assim, accountability está de certa forma interligada ao Orçamento Participativo. Abrucio e Loureiro (2004, p. 75) traz a definição de accountability como “a construção de mecanismos institucionais por meio dos quais os governantes são constrangidos a responder, ininterruptamente, por seus atos ou omissões perante os governados”. Ou seja, trata-se de uma maneira de aumentar a fiscalização, controle, responsabilização e prestação de contas dos governantes. A participação intensa da sociedade no Orçamento Participativo pode pressionar os gestores públicos a trabalharem de maneira com que atendam as verdadeiras demandas da sociedade, as elencando de acordo com suas prioridades, que serão levantadas em reuniões, fóruns e assembleias. Como bem analisa Carvalho (2008) a democracia não deve ficar apenas no voto, mas sim em ter uma participação direta e pessoal da população no governo, para que assim aumente as chances de suas expectativas serem atendidas.

Para Pires (2001), o Orçamento Participativo é uma ferramenta que possibilita ao cidadão participar como protagonista nas escolhas na Administração Pública. Segundo Genro e Souza (1997), o processo do Orçamento Participativo é contrária à democracia meramente formal. Ao invés de apenas votar no dia da eleição, os cidadãos podem defender diretamente seus interesses de maneira individual e com a participação coletiva.

No entanto, sabe-se que o Orçamento Participativo pode não ser tão simples e possivelmente irá enfrentar algumas dificuldades. Santos (2010) destaca algumas possíveis dificuldades como a capacidade limitada de investimentos dos municípios, a falta de conhecimento sobre orçamento por parte da sociedade e até mesmo dos gestores delegados. Pires (2001), por sua vez, aponta dificuldades como possível criação de expectativas falsas, desinteresse da própria comunidade em participar, falta de recursos

para investir, divisão do poder e o conflito que ocorre entre as classes, visto que, as realidades são bem diferentes entre um bairro periférico e o centro, necessitando assim chegar em um consenso. Às vezes não terá a participação da sociedade, mas de apenas alguns membros, que por sua vez serão sempre os mesmos, podendo assim acarretar em falhas na representação popular.

Para Fedozzi (2009), o Orçamento Participativo visa se precaver das possíveis falhas e necessita de regras de participação para que sua eficiência seja mantida e possibilite investimentos que atendam o processo anual do orçamento do município.

O Orçamento Participativo traz com si o princípio da transparência, que é uma obrigação de todos agentes públicos, e se feita como deve ser, proporciona vantagens como:

“Ganhos econômicos representados sobretudo pelo expressivo volume de recursos que o controle social pode tomar à corrupção, ganhos sociais obtidos IV Congresso Anual da Associação Mineira de Direito e Economia 40 com a elevação da qualidade dos serviços prestados pelo poder público e a melhora de indicadores como aqueles ligados à saúde e à educação, e, finalmente, ganhos culturais resultantes do enraizamento de valores especialmente diletos à cidadania, como a responsabilidade diante da res pública e a solução comunitária de desafios que afetam a condição de vida de todos – inclusive das gerações futuras”. (OLIVEIRA, 2002, p. 145).

Com o exercício da accountability em complemento ao Orçamento Participativo, acarreta em uma fiscalização cotidiana feita pelo povo, pois trata o assunto na linguagem mais popular, estimulando a participação e o entendimento. E assim aproximando os governantes dos governados, que se mantiveram distantes por muito tempo, como analisa Campos (1990, p. 31)

### **3. METODOLOGIA**

Segundo Richardson (1999, p. 22) o conceito de metodologia se dá a partir do método, que para ele é “o caminho ou a maneira para se chegar a determinado fim ou objetivo”. Para o autor, a metodologia é vista como “os procedimentos e regras utilizadas por determinado método”. Portanto, serão utilizados alguns métodos, procedimentos e regras para que ao fim da pesquisa se alcance uma resposta sobre o objetivo de pesquisa. Gil (2008) contribui afirmando que é necessário evidenciar quais métodos foram utilizados para produzir dados que fizeram chegar a determinado conhecimento.

#### **3.1 Classificação da Pesquisa**

O presente estudo tem como objetivo analisar qual a percepção da população sobre o Orçamento Participativo e a sua aplicabilidade no município de Nepomuceno-MG. Ou seja, de forma indireta almeja-se verificar o conhecimento da população sobre o Orçamento Participativo e seus conceitos, para assim entender qual a percepção da população acerca do assunto e analisar se é possível aplicá-lo no município, tanto na parte legal quanto se há interesse dos munícipes.

Vergara (2016) propõe dois critérios básicos de classificação de pesquisa, podendo ser quantos aos meios e quanto aos fins. Quanto aos fins, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, através de levantamento junto a população sobre sua opinião acerca do Orçamento Participativo e sua possível aplicação no município

A pesquisa se caracteriza de levantamento de campo, pois, através de uma amostragem da população, dados foram coletados para análise posterior.

#### **3.2 Coleta e análise dos dados**

Esta pesquisa foi realizada aplicando-se um questionário on-line junto à 77 pessoas, residentes no município de Nepomuceno-MG, buscando a participação de pessoas com diferentes características sociais.

O questionário abordou aspectos gerais do indivíduo, como sexo, renda, escolaridade, ocupação e local de residência. Além disso, outra parte do questionário teve o objetivo de identificar o nível de concordância dos respondentes com as questões do tipo Escala de Likert, que abordaram o Orçamento Participativo e a sua aplicabilidade no município de Nepomuceno-MG. Foi realizada uma etapa de teste, a fim de corrigir eventuais erros que passaram despercebidos. Nas questões tipo Likert, que são afirmações apresentadas, em que o respondente: discorda totalmente; discorda parcialmente; não concorda nem discorda; concorda parcialmente; concorda totalmente, houve um equívoco em colocar apenas a opção “concorda totalmente” e “concorda”, ficando ausente a parte do texto “parcialmente”. No entanto, o autor entende que esse fato não prejudicou na aplicação do questionário e no entendimento dos respondentes, pois estava intuitivo que as duas alternativas eram níveis de concordâncias diferentes.

Os dados coletados na pesquisa foram tabulados e organizados através do Microsoft Excel®. Foram realizadas análises de cada questão de forma isolada e análises cruzadas, comparando dados sociodemográficos com o nível de conhecimento e interesse da população em compreender e participar ativamente das decisões acerca do orçamento público. Os resultados foram analisados por meio de gráficos e tabela

Devido a pandemia SARS-CoV-2 (Covid-19s), o isolamento social se fez necessário para a segurança de toda população, portanto, o questionário foi feito de forma online pela plataforma Questionários Google. O link do questionário aplicado foi encaminhado pela primeira vez no dia 11/10 e a última no dia 18/10, totalizando uma semana de aplicação. O link do questionário era enviado diariamente para os grupos de Whatsapp e Facebook, para obter o maior número de respostas.

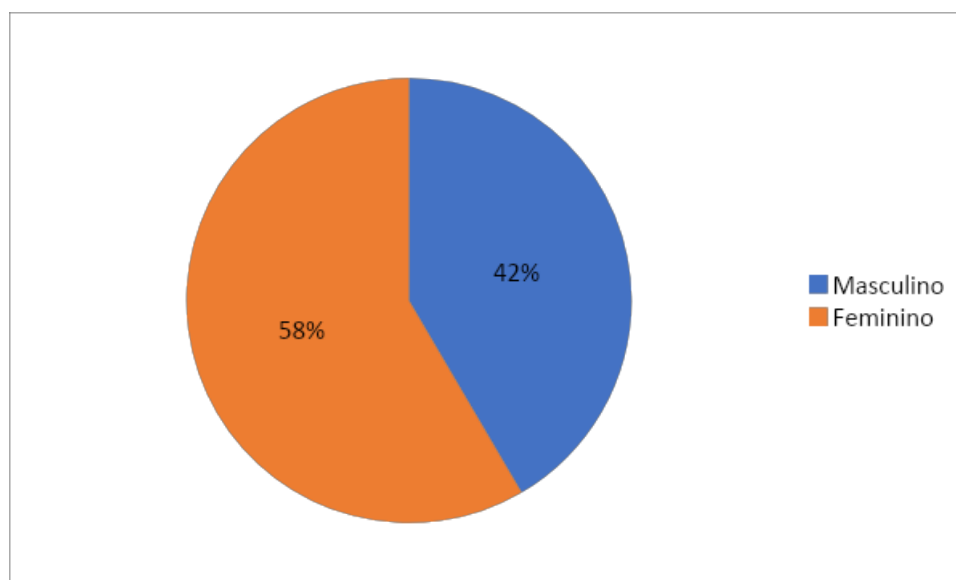
As questões sociodemográficas colocadas no questionário tiveram o intuito de visualizar se os respondentes tinham características diferentes, não só intelectualmente mas socialmente, e em seguida analisar se as características influenciaram em suas respostas.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir dos dados coletados por meio da aplicação de um questionário junto à população de Nepomuceno-MG, foram realizadas as análises que integram essa seção do trabalho.

Primeiramente foi realizada a análise das características dos respondentes que compõem a amostra. Por meio do Gráfico 1 é possível observar a porcentagem de respondentes por sexo:

Gráfico 1 – Sexo dos Respondentes



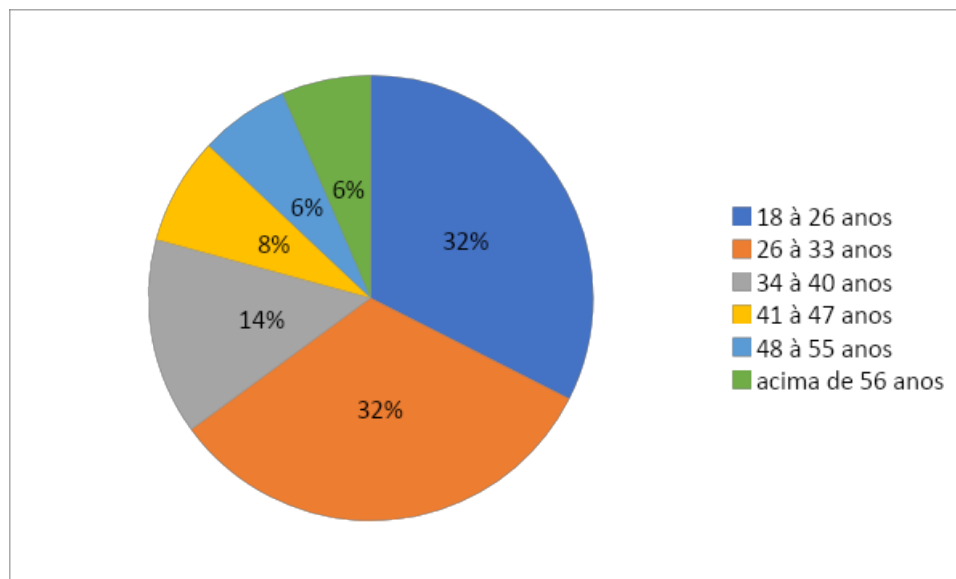
Fonte: Do autor (2021)

A partir da análise do Gráfico 1 é possível perceber que as mulheres foram a maioria das respondentes.

Quanto à faixa etária dos respondentes, veja no gráfico 2 as respostas:

Gráfico 2 – Faixa Etária



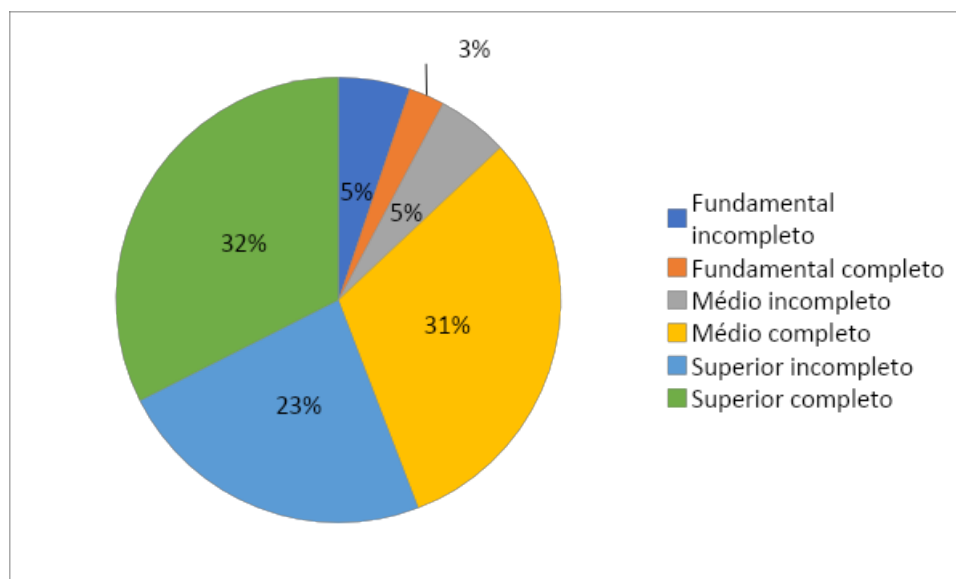


Fonte: Do autor (2021)

Nota-se no Gráfico 2 que a maior parte dos respondentes possuem de 18 à 33 anos totalizando 50 respondentes. Evidenciando que a população jovem foi a maioria dos respondentes. Seguido da faixa etária de 34 à 40 anos, com 10 respondentes. Fato relevante é que foram obtidas respostas de todas as faixas etárias. As faixas etárias de 41 à 55 anos, tiveram 11 respondentes. Verificou-se 5 respondentes acima dos 56 anos, em que 4 deles são do sexo feminino, mostrando a representatividade em todas as faixas etária.

Dando continuidade à descoberta do perfil dos respondentes, buscou-se entender o nível de escolaridade destes e investigar se de alguma forma esse dado interfere no interesse em participar ativamente das decisões do orçamento público. O Gráfico 3 apresenta a distribuição dos respondentes por nível de escolaridade.

Gráfico 3 – Nível de Escolaridade

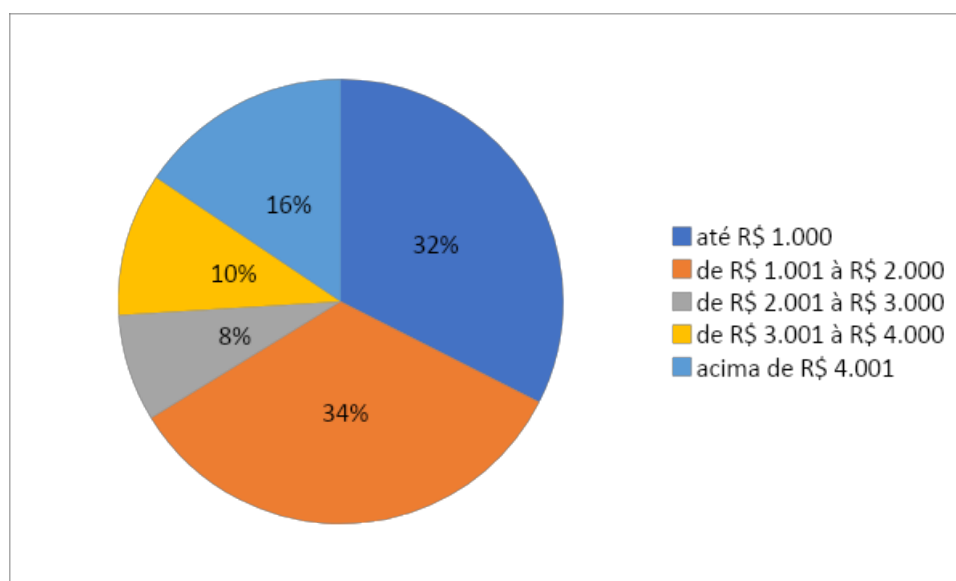


Fonte: Do autor (2021)

Ao observarmos o gráfico 3, observa-se um equilíbrio entre os respondentes de ensino médio completo, com 24 respondentes, e os de ensino superior completo, com 25, sendo dominantes no gráfico. Em seguida, o ensino superior incompleto com 18 respondentes. Vale ressaltar, que o número de respondentes de ensino fundamental, seja completo ou incompleto, foram apenas 6 respondentes. Observa-se uma falta de participação de respondentes desse nível de escolaridade.

A próxima análise teve como objetivo levantar a faixa de renda dos respondentes, é possível verificar no gráfico 4:

Gráfico 4 – Nível de renda

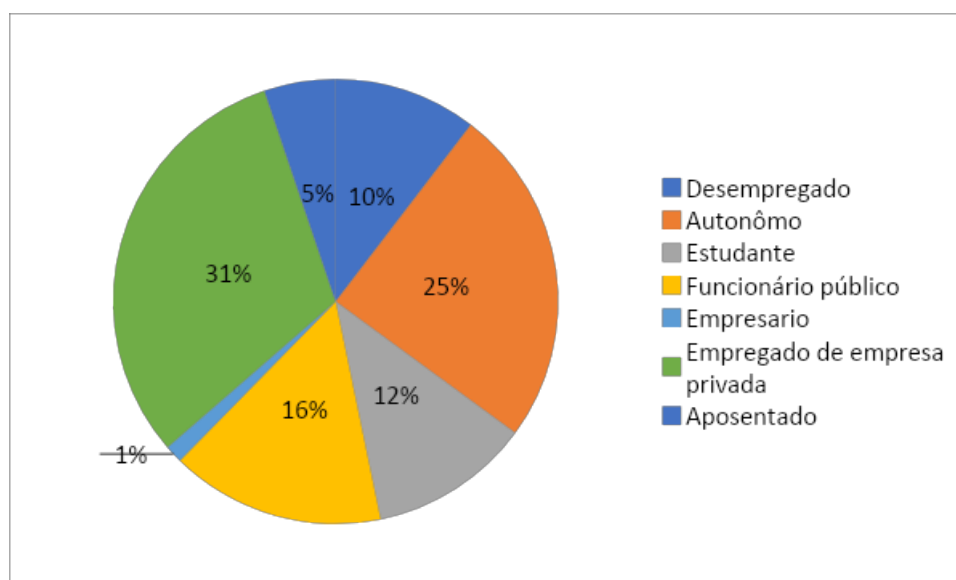


Fonte: Do autor (2021)

Analisando o gráfico 4, pode-se notar que a renda da maioria dos indivíduos que compõem a amostra é de R\$ 1.000 a R\$ 2.000 e inferior a R\$ 1.000, com 26 e 25 respondentes respectivamente. Ficando em terceiro lugar, com 12 respondentes, indivíduos que possuem renda acima de R\$ 4.000. Como analisa (Avritzer, 2002) as experiências de OP conseguem mobilizar os setores das classes de renda mais baixa da população.

O questionamento a seguir foi quanto à ocupação dos indivíduos. Veja as respostas no gráfico 5:

Gráfico 5 – Ocupação

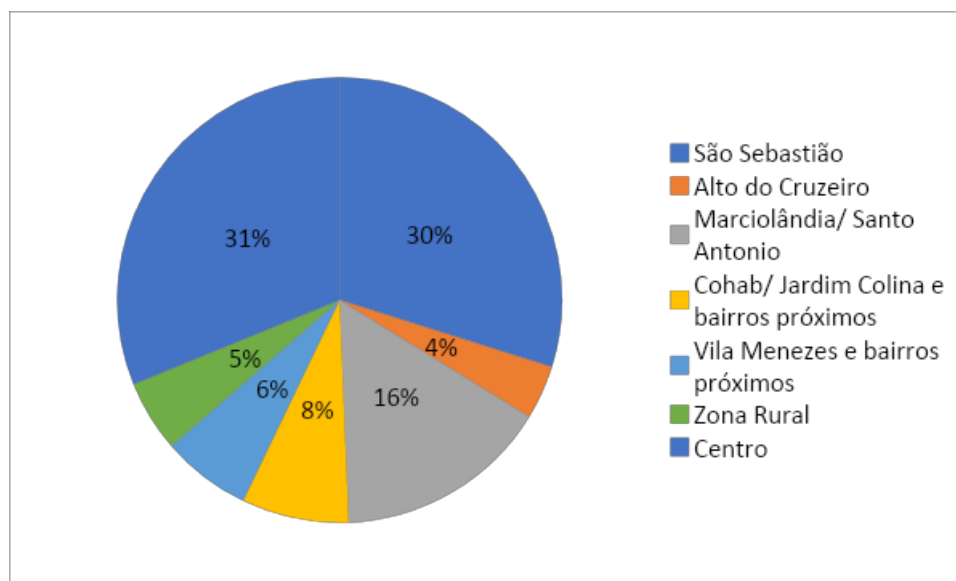


Fonte: Do autor (2021)

Verificou-se que a maioria dos indivíduos são funcionários de empresas privadas, com 24 respondentes, seguidos pelos trabalhadores autônomos, com 19. Em terceiro lugar foram os funcionários públicos, com 12 respondentes. Obteve-se respostas de todas as categorias de ocupações previstas no questionário, entretanto, a classe dos empresários teve baixa adesão à pesquisa, com apenas 1 respondente.

Outro questionamento foi sobre a região da cidade em que os indivíduos residem, veja as respostas no gráfico 6:

Gráfico 6 – Região em que residem os respondentes.

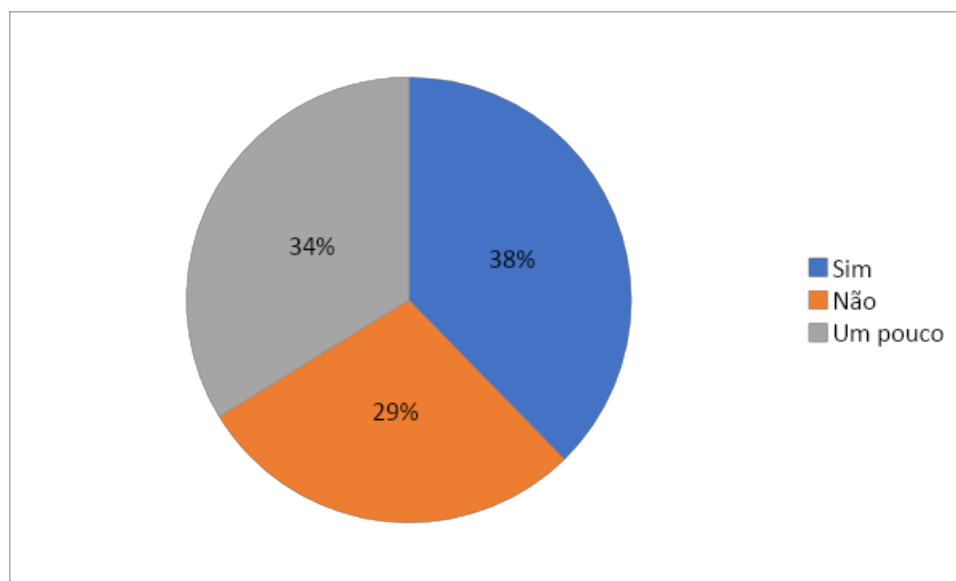


Fonte: Do autor (2021).

Analisando o gráfico, verificou-se uma maior ocupação na região central da cidade em comparação às outras regiões, com 24 respondentes. Seguidos pela região São Sebastião com 23 respondentes e a região da Marcolândia/Santo Antônio, com 12 respondentes. É interessante ressaltar que houveram respostas de todas as regiões da cidade.

A última pergunta do questionário sociodemográfico teve como objetivo entender se os indivíduos possuem conhecimentos sobre Orçamento Público e suas vantagens para o município se for bem gerido. No gráfico 7 é possível verificar a relação das respostas:

Gráfico 7 – Conhecimentos sobre Orçamento Público e suas vantagens para o município se bem gerido.



Fonte: Do autor (2021)

Verificou-se um equilíbrio das respostas, sendo a maioria, 37,7 %, responderam ‘Sim’. Seguido por 33,8 % que alegaram ter ‘Um pouco’ de conhecimento sobre orçamento público. Por último, com 28,6% das respostas, respondentes que alegaram ‘Não’ ter conhecimento sobre o assunto.

Como é possível perceber, a maior parte dos entrevistados não têm conhecimento sobre Orçamento Público e suas vantagens para o município, ou sabe apenas um pouco. Dos 29 indivíduos que responderam sim, 22 deles têm ensino superior completo ou incompleto, evidenciando que o nível de escolaridade pode ter influenciado nessa questão. É possível verificar esses dados através da tabela 1:

Tabela 1 – Respondentes que afirmaram ter conhecimentos sobre Orçamento Público distribuídos pelo nível de escolaridade.

<b>Votantes</b>	<b>Superior</b>	<b>Superior</b>	<b>Médio</b>	<b>Fundamental</b>
<b>Sim</b>	<b>Completo</b>	<b>Incompleto</b>	<b>Completo</b>	<b>Incompleto</b>
29	18	7	3	1

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Após o questionário sociodemográfico, que visava identificar o perfil dos indivíduos, foi realizado um questionário visando identificar a percepção da população sobre o orçamento participativo. Foram levantadas questões para identificar se a população se sente contemplada com as decisões, se acreditam que a aplicação do

Orçamento Participativo traria mais representatividade, se participaram do OP e se teriam disponibilidade para aprender mais sobre o assunto.

Nessa etapa, foi utilizado o questionário com escala tipo Likert, buscando obter o grau de concordância para cada afirmação apresentada. São cinco tópicos, que através de afirmações apresentadas, obtém a resposta de acordo com a concordância e também total discordância sobre determinada afirmação: “Concordo totalmente”, “Concordo parcialmente”, “Não concordo nem discordo”, “Discordo parcialmente” e “Discordo totalmente” (BERMUDES et al., 2016).

Segundo Bermudes et al. (2016), essa metodologia de questionário vem sendo muito utilizada para fornecer de maneira clara o posicionamento do entrevistado referente ao assunto.

Para Rover (2003), um meio de gerar eficiência e utilizar os recursos públicos de maneira que atenda as necessidades da população e a participação popular no Orçamento Público.

Portanto, a primeira questão buscou analisar a opinião dos respondentes a respeito das decisões sobre a aplicação de recursos do Orçamento Público, e se deveria ter a participação direta da população já que ela contribui com impostos para o mesmo fim. Confira os dados na tabela 2.

Tabela 2 – Respostas da primeira questão da segunda etapa

<b>Discorda Totalmente</b>	<b>Discorda Parcialmente</b>	<b>Não concorda Nem discorda</b>	<b>Concorda Parcialmente</b>	<b>Concorda Totalmente</b>
1	5	4	39	28

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Analisando-se a tabela é possível perceber que a maior parte dos indivíduos concorda totalmente ou parcialmente, de que a participação da população de forma direta seria positiva. Apenas 6 respondentes discordam totalmente ou parcialmente, desses 6, apenas 1 respondente tem renda inferior a R\$ 2.000, evidenciando que os respondentes com rendas mais baixas concordam que na aplicação dos recursos, arrecadados por meio de impostos, a população deve ter participação direta na decisão.

As pessoas com rendas mais baixas são as que mais utilizam as políticas públicas do estado, isso pode ter influenciado nas respostas.

De acordo com Viegas (2002) o campo mais propício para a efetiva participação popular é a gestão municipal. Isto posto, a segunda questão buscou analisar o nível de concordância dos respondentes para a afirmação “No orçamento participativo há uma descentralização do poder e das decisões relacionadas às políticas públicas, portanto os recursos financeiros seriam melhor investidos.”. Confira na tabela 3 as respostas:

Tabela 3 – Respostas da segunda questão da segunda etapa.

<b>Discorda Totalmente</b>	<b>Discorda Parcialmente</b>	<b>Não concorda Nem discorda</b>	<b>Concorda Parcialmente</b>	<b>Concorda Totalmente</b>
2	3	22	38	12

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Comparando a tabela 3 com a tabela 2, percebe-se que dos 67 respondentes que concordam parcialmente ou totalmente que a aplicação de recursos deve ter a participação direta da população, 46 deles concordam parcialmente ou totalmente que o Orçamento Participativo proporciona participação direta da população e conseqüentemente os recursos financeiros seriam mais bem investidos.

Na terceira questão, buscou-se analisar nível de concordância dos respondentes para a afirmação: “A implementação do Orçamento Participativo passa a estimular a participação social e assim aumenta a cobrança da sociedade para com as decisões dos gestores.” As respostas podem ser observadas na tabela 4.

Tabela 4 – Respostas da terceira questão da segunda etapa

<b>Discorda Totalmente</b>	<b>Discorda Parcialmente</b>	<b>Não concorda Nem discorda</b>	<b>Concorda Parcialmente</b>	<b>Concorda Totalmente</b>
1	1	6	35	34

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

De acordo com a tabela 4 é possível perceber que a maioria dos indivíduos entende que o Orçamento Público estimula a participação social e conseqüentemente aumenta a cobrança sobre a decisão dos gestores. Dos 8 respondentes que discordam totalmente, parcialmente ou não concordam e nem discordam, apenas 2 responderam

que possuem conhecimentos sobre Orçamento Público no gráfico 6. Uma possibilidade para não concordarem com a afirmação feita é não terem nenhum ou terem pouco conhecimento sobre Orçamento Público.

A quarta pergunta buscou-se analisar o nível de concordância dos respondentes para a afirmação “Tendo em vista as informações acima, onde eu como cidadão, posso participar diretamente das decisões de investimento de recursos e não apenas na eleição dos representantes, me interessaria em compreender melhor o Orçamento Público para poder participar da sua elaboração”. Confira na tabela 5 as respostas:

Tabela 5 – Respostas da quarta questão da segunda etapa

<b>Discorda Totalmente</b>	<b>Discorda Parcialmente</b>	<b>Não concorda Nem discorda</b>	<b>Concorda Parcialmente</b>	<b>Concorda Totalmente</b>
2	2	7	33	33

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

De acordo com (Krischke, 2001), a construção democrática no campo da Ciência Política vem ganhando destaque, sendo um fenômeno para se planejar em longo prazo, envolvendo treinamentos e aprendizado por parte dos atores sociais.

Após análise da tabela das respostas da questão 4 percebeu-se que a maior parte dos respondentes concorda totalmente ou parcialmente da afirmativa, ou seja, a maioria dos respondentes se interessa em aprender sobre Orçamento Público. Na afirmação que questiona se os respondentes têm conhecimentos sobre Orçamento Público e suas vantagens para o município se bem gerido (gráfico 6), 48 respondentes marcaram “não” ou “um pouco”. Após cruzados os dados, pode-se perceber que 85,4% dos respondentes se interessam em compreender melhor sobre o tema (tabela 5). Ou seja, dos 48 respondentes que não sabem ou sabem pouco sobre OP, 41 gostariam de aprender.

A quinta questão buscou analisar o nível de concordância dos respondentes para a afirmação: “Como cidadão, me comprometeria a participar das reuniões do orçamento participativo, muitas vezes deixando o conforto do meu lar para me reunir e dar opiniões sobre onde deveria ser investido os recursos do meu município”. Veja as respostas na tabela 6:



Tabela 6 – Respostas da quinta questão da segunda etapa

<b>Discorda Totalmente</b>	<b>Discorda Parcialmente</b>	<b>Não concorda Nem discorda</b>	<b>Concorda Parcialmente</b>	<b>Concorda Totalmente</b>
1	6	18	31	21

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

De acordo com a tabela 6, entende-se que a maior parte dos respondentes concorda totalmente ou parcialmente com essa afirmação, ou seja, eles participaram das reuniões do OP. Chama atenção o número alto de respondentes que não concorda e nem discorda com a afirmação (18 respondentes). Desses respondentes, 10 responderam a mesma coisa na tabela 2, sobre a descentralização do poder e das decisões relacionadas às políticas públicas, que o OP possivelmente produziria. Podemos observar que esses respondentes não acreditam nos resultados propostos pelo OP. De acordo com (cf. Latinobarômetro, 2005), 75% da população latina não se interessa por política, podendo notar o contrário que os respondentes.

Na sexta e última pergunta, buscou-se analisar nível de concordância dos respondentes para a afirmação: “O processo do Orçamento Participativo envolve a contratação de pessoal, disseminação de informação, aquisição de material gráfico e de informática. Portanto, serão gastos recursos públicos para a efetivação do orçamento participativo, pois esses investimentos são muito importantes para o processo e seus resultados”. Confira as respostas na tabela 7:

Tabela 7 – Respostas da sexta questão da segunda etapa

<b>Discorda Totalmente</b>	<b>Discorda Parcialmente</b>	<b>Não concorda Nem discorda</b>	<b>Concorda Parcialmente</b>	<b>Concorda Totalmente</b>
3	3	13	41	17

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Nesta última análise, observa-se que 73,3 % dos respondentes concordam parcialmente ou totalmente com essa afirmação, ou seja, para esses respondentes, mesmo com os gastos apoia criação do Orçamento Participativo no município de Nepomuceno-MG.

No que tange ao interesse da população em participar da elaboração de um orçamento público, 62% dos participantes afirmaram se interessar que o Orçamento Participativo seja implementado no município, mesmo não obtendo conhecimento sobre orçamento público, pois 57% além de obter interesse da implementação do OP no município, também tem interesse em aprender sobre o tema.

## 5 CONCLUSÃO

O orçamento público é importante para a sociedade, pois trata de onde serão investidos os impostos que são pagos pelo povo. A participação social por sua vez fiscaliza e opina em como deve ser gasto esse recurso. Sabe-se que embora haja mecanismos legais que visam estimular a participação social, nem sempre eles funcionam de maneira eficaz, visto que, os recursos frequentemente são investidos nas prioridades de governo deixando de lado as prioridades e interesses coletivos.

Sendo assim, o presente trabalho buscou conectar os temas mencionados e abordá-los no que é conhecido como Orçamento Participativo. O objetivo geral foi analisar qual a percepção da população de Nepomuceno referente ao Orçamento Participativo e a sua aplicabilidade no município. No que tange ao objetivo geral, embora não houvesse uma amostragem probabilística, foi possível analisar a percepção de vários respondentes, com características sociodemográficas diferentes.

O questionário foi aplicado para a população no município de Nepomuceno e foi realizado de forma online, pois, a pandemia da Covid-19 limitou tecnicamente a realização de uma pesquisa à campo. O questionário foi divulgado nas redes sociais e a amostragem não representa a totalidade da população nepomucenense. No entanto, o questionário respondido, assim como o referencial teórico do trabalho, proporcionou informações importantes sobre o que os respondentes pensam sobre o Orçamento Participativo.

Dentro do propósito da pesquisa, buscou-se a percepção da população sobre o Orçamento Participativo e sua aplicabilidade no município de Nepomuceno-MG. Apenas uma parte da população demonstrou conhecer totalmente o orçamento público, mas quase todos responderam favoráveis às afirmações sobre Orçamento Participativo, pois sentem que através dele podem participar mais das decisões orçamentárias e assim cobrar mais dos gestores. Quanto à aplicabilidade, é importante ressaltar que a maioria da população se demonstrou favorável à implementação do Orçamento Participativo no município, mesmo considerando que a implementação geraria despesas aos cofres públicos. Parte dos respondentes demonstraram acreditar que através de sua implementação muitos recursos que seriam gastos de maneira ineficiente, não

atendendo as necessidades da população, seriam economizados e investidos com mais eficácia.

Quanto às limitações técnicas, devido ao tempo que o trabalho deveria ser entregue, não foi possível analisar todos os municípios da região. Dentre os governos locais, foi escolhido por conveniência o município de Nepomuceno-MG para ser analisado. Em decorrência da pandemia Covid-19, o questionário foi de forma online, o que dificultou a aplicação do questionário e na obtenção de respostas suficientes para representar todo o município, portanto a pesquisa foi realizada com uma pequena amostra na qual não é representativa.

Através desta pesquisa gestores e futuros gestores podem ter a ciência que há grande relevância na implementação do orçamento participativo no município. Evidentemente haverá dificuldades, pois o orçamento participativo depende da vontade política do gestor e conseqüentemente da adesão da população em se preparar e participar do projeto. Essa pesquisa além de contribuir demonstrando a importância do Orçamento Participativo para com a administração pública, fica como sugestão a comunidade acadêmica para que pesquisas mais amplas, com amostragens suficientes para ser representativa, sejam criadas. Sugere-se que sejam feitas pesquisas e conseqüentemente, se for a vontade dos gestores e da população, seja feito sua implementação em um dos municípios da região.

É evidente que existem alguns desafios no tema Orçamento Participativo que vão da sua implementação até a participação da sociedade nas reuniões, a falta de conhecimento dos mesmos sobre o tema, dentre outros. Através deste trabalho, pode-se identificar que é de interesse dos respondentes que o Orçamento Participativo seja implementado no município de Nepomuceno-MG. Este que pode trazer benefícios à gestão pública e principalmente à população, pois aumentará a transparência das atividades devido a população fazer parte do processo. Como analisado no município exemplo de Porto Alegre-RS, o Orçamento Participativo deve ser pensado em longo prazo, pois com o tempo a população vai se ambientando com o processo e a participação vai se tornando cada vez mais produtiva e natural.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Luiz Antonio; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. **Gestão Tributária**. Florianópolis: UAB Capes 2010.

ABREU, Welles Matias de; GOMES, Ricardo Corrêa. **O Orçamento Público Brasileiro e a Perspectiva Emancipatória: existem evidências empíricas que sustentam esta aproximação?** Revista de Administração Pública. v. 47, n. 2, p. 515-540, mar./abr., 2013.

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. **Finanças públicas, democracia e accountability**. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.

AVRITZER, L. **Orçamento Participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte**. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

BERMUDES, Wanderson Lyrio et al. **Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações**. Revista Vértices, Campos dos Goytacazes/, v. 2, n. 18, p.7-20, ago. 2016. Essentia Editora.

CAMPBELL, A.; MARQUETTI, A.; SCHONERWALD, C. E. da S. **Participatory economic democracy in action: Participatory budgeting in Porto Alegre, 1989-2004**. Eastern Economic Association, 2009.

CAMPOS, Anna Maria. **Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, n. 24, v. 24, p. 30-50, fev./abr, 1990.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional**. 14 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

FEDOZZI, L. **Democracia participativa, lutas por igualdade e iniquidades da participação**. In: FLEURY, S., LOBATO, L.V.C. (org.) **Participação, Democracia e Saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2009.

GENRO, T., SOUZA, U. **Orçamento Participativo a experiência de Porto Alegre**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207 p.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e pratica**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KRISCHKE, P. **Aprender a democracia na América Latina: notas sobre o aprendizado político e as teorias da modernização**. In: LEIS, H. et al. **Modernidade crítica e modernidade acrítica**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Arildo da Silva. **Controle Social: Perspectivas para a Fiscalização Popular da administração Pública no Brasil**. In: PRÊMIO Serzedello Corrêa 2001: monografias vencedoras: perspectivas para o controle social e a transparência da administração pública. Brasília: TCU, 2002. p. 143-207. Monografia premiada em 3o lugar.

PIRES, Roberto Rocha C. **Orçamento Participativo e Planejamento Municipal: Uma análise neoinstitucional a partir do caso da prefeitura de Belo Horizonte**. Monografia (curso superior em Administração pela Escola de Governo). Belo Horizonte, 2001.

PIRES, Valdemir. **Orçamento Participativo: o que é, para que serve, como se faz**. São Paulo: Manole, 2001.

REZENDE, Maria J. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina: Editora UEL, 2001.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

ROSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Ano 1754 p. 234. Tradução Maria Ermantina Galvão. 1358 São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ROVER, Oscar. **O Orçamento Participativo de Chapecó e sua dimensão rural**. In AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander (org.). **A inovação democrática no Brasil: Orçamento Participativo**. São Paulo: Cortez, 2003. P. 292.

SÁNCHEZ, F. R. **Orçamento Participativo: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS JÚNIOR, O. Alves dos. **Democracia e governo local: dilemas e reforma municipal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

SOUZA, Marcelo L. de. **O Orçamento Participativo e sua espacialidade: uma agenda de pesquisa**. São Paulo: Terra Livre no. 15, p. 39-58, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VIEGAS, Weverson. **Cidadania e participação popular**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518- 4862, Teresina, ano 8, n. 86, 27 set. 2003, Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/4199>. Acesso em: 31 set. 2021.